



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

TERMO DE CONTRATO N°. 025/2014/SEMA QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO  
DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA OI S/A.

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, criada pela Lei Complementar n°. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, neste ato representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica, Sr. **Benedito Nery Guarim Strobel**, brasileiro, casado, portador do RG n°. 349.280 - SSP/MT e do CPF n°. 298.940.931-91, residente a Rua Dom Antônio Malan, 756, Bairro Poção, CEP: 78.015-608, Cuiabá/MT, nomeado pelo Ato Governamental n.º 18.861/2014 de 26/02/14, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **OI S/A**, inscrita no CNPJ: 76.535.764/0001-43, localizada na Rua do Lavradio, n.º 71, 2º andar, Bairro Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.230-070, **telefones: (65)3317-3113/8401-1820/8401-1516**, representada pelo Sr. **JUVENAL ALVES PEREIRA NETO**, portador do RG: 377506 SSP/MT e do CPF: 474.889.801-15, e Sr. **ROBERTO WAGNER SANDRIN**, portador do RG: 23404042-7 SSP/SP e do CPF: 095.661.468-09, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o Processo n.º 11270/2014/SEMA, **Pregão Presencial n.º 006/2013/SAD/MT e Ata de Registro de Preços n.º 031/2013/SAD**, sujeitando-se aos termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei n.º 10.520/2002, Decreto Estadual n.º 7.217/2006, bem como, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O presente termo de contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviço telefônico fixo comutado e serviços vinculados - instalação e assinatura, nas Modalidades Local, com Discagem Direta a Ramal - DDR, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI e Terminais Não Residenciais, serviços de 0800 - para atender a Contratante com ligações originadas de terminais fixos a ser



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

executado de forma contínua, conforme **Pregão Presencial n.º 006/2013/SAD/MT e anexos - Ata de Registro de Preços n.º 031/2013/SAD**, que fazem parte integrante deste contrato.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇO**

2.1. As especificações, quantidades e o preço para o objeto contratado são os constantes da proposta apresentada no **Pregão Presencial n.º 006/2013/SAD/MT e anexos, Ata de Registro de Preços n.º 031/2013/SAD e Termo de Referência n.º 01/2014** elaborado pelo setor demandante, conforme discriminação abaixo:

• <b>LOTE 1 – SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO, FEIXES DIGITAIS – CUIABÁ / VÁRZEA GRANDE (área conurbada)</b>					
HABILITAÇÃO/INSTALAÇÃO – COBRADO UMA ÚNICA VEZ					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	INSTALAÇÃO DO ACESSO DIGITAL 2MBPS (30 CANAIS). DIGITAL. CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE. INCLUINDO PIS/CONFINS. UNIDADE.	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	INSTALAÇÃO DA FAIXA DE NUMERAÇÃO RAMAIS DDR (UNIDADE 100 RAMAIS). DIGITAL. CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE. INCLUINDO PIS/COFINS. UNIDADE.	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	INSTALAÇÃO DE TIE LINE DIGITAL 2MBPS (DENTRO DO CPA) PIS/COFINS. UNIDADE	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ASSINATURA – COBRADO MENSALMENTE					
9	ASSINATURA BÁSICA ACESSO DIGITAL 2MBPS (30 CANAIS) DIGITAL CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE INCLUINDO PIS/COFINS. MENSAL.	MN	36	R\$ 607,61	R\$ 21.873,96
11	ASSINATURA DA FAIXA DE NUMERAÇÃO RAMAIS DDR (UNIDADE 100 RAMAIS). DIGITAL. CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE. INCLUINDO PIS/COFINS. MENSAL	MN	36	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13	MENSALIDADE DE TIE LINE DIGITAL 2MBPS (DENTRO DO CPA). PIS/COFINS. MENSAL	MN	12	R\$ 518,94	R\$ 6.227,28
TRÁFEGO – COBRADO CONFORME CONSUMO					
17	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DIGITAL LOCAL FIXO-FIXO (CHAMADAS LOCAIS) - ÁREA LOCAL DE CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	600.000	R\$ 0,04	R\$ 24.000,00
19	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DIGITAL LOCAL FIXO-MÓVEL (VC-1) - ÁREA LOCAL DE CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	480.000	R\$ 0,28	R\$ 134.400,00
• <b>LOTE 02 – SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO, LINHAS ANALÓGICAS – CUIABÁ/ VÁRZEA GRANDE (ÁREA CONURBADA)</b>					
HABILITAÇÃO/INSTALAÇÃO – COBRADO UMA ÚNICA VEZ					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

1	HABILITAÇÃO TERMINAL NÃO RESIDENCIAL (NR). ANALÓGICO. CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE. INCLUINDO PIS/COFINS. UNIDADE.	UN	20	R\$ 32,51	R\$ 650,20
<b>ASSINATURA – COBRADO MENSALMENTE</b>					
3	ASSINATURA BÁSICA TERMINAL NÃO RESIDENCIAL (NR). ANALÓGICO. CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE. INCLUINDO PIS/COFINS. MENSAL	MN	240	R\$ 48,91	R\$ 11.738,40
<b>TRÁFEGO – COBRADO CONFORME CONSUMO</b>					
5	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO ANALÓGICO LOCAL FIXO-FIXO (CHAMADAS LOCAIS) - ÁREA LOCAL DE CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	120.000	R\$ 0,09	R\$ 10.800,00
7	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO ANALÓGICO LOCAL FIXO-MÓVEL (VC-1) - ÁREA LOCAL DE CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	72.000	R\$ 0,58	R\$ 41.760,00

<b>• LOTE 05 – SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO, LINHAS ANALÓGICAS, no interior do Estado.</b>					
<b>HABILITAÇÃO/INSTALAÇÃO – COBRADO UMA ÚNICA VEZ</b>					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	HABILITAÇÃO TERMINAL NÃO RESIDENCIAL (NR) ANALÓGICO. INTERIOR. INCLUINDO PIS/COFINS. UNIDADE.	UN	40	R\$ 32,51	R\$ 1.300,40
<b>ASSINATURA – COBRADO MENSALMENTE</b>					
3	ASSINATURA BÁSICA TERMINAL NÃO RESIDENCIAL (NR). ANALÓGICO. INTERIOR. INCLUINDO PIS/COFINS. MENSAL	MN	480	R\$ 48,91	R\$ 23.476,80
<b>TRÁFEGO – COBRADO CONFORME CONSUMO</b>					
5	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO ANALÓGICO LOCAL FIXO-FIXO ÁREA LOCAL DAS RESPECTIVAS LOCALIDADES. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTO.	MO	180.000	R\$ 0,09	R\$ 16.200,00
7	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO ANALÓGICO LOCAL FIXO-MÓVEL (VC-1), ÁREA LOCAL DAS RESPECTIVAS LOCALIDADES. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTO.	MO	144.000	R\$ 0,58	R\$ 83.520,00

<b>• LOTE 06 - SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL, ORIGINADOS DE TERMINAIS FIXOS.</b>					
<b>TRÁFEGO – COBRADO CONFORME CONSUMO</b>					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, FIXO-FIXO - DENTRO DO ESTADO DE MATO GROSSO (SETOR 23 DO PGO). INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	240.000	R\$ 0,15	R\$ 36.000,00
3	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL COM DESTINO À REGIÃO II, EXCETO MATO GROSSO, FIXO-FIXO - ESTADOS DO ACRE, GOIÁS, MATO GROSSO DO SUL, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ, TOCANTINS, RONDÔNIA E DISTRITO FEDERAL. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	120.000	R\$0,15	R\$ 18.000,00
5	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL COM DESTINO ÀS REGIÕES I E III, FIXO-FIXO - ESTADOS DO RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, BAHIA, SERGIPE, ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE, CEARÁ,	MO	120.000	R\$ 0,15	R\$ 18.000,00



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

	PIAUÍ, MARANHÃO, PARÁ, AMAPÁ, AMAZONAS E RORAIMA DA REGIÃO I E O ESTADO DE SÃO PAULO DA REGIÃO III. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS				
7	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL COM DESTINO ÀS ÁREAS COM PRIMEIRO DÍGITO DO CÓDIGO NACIONAL IDÊNTICO A ÁREA DE ORIGEM, FIXO-MÓVEL (VC2-FM) - ESTADOS DO ACRE, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, TOCANTINS, RONDÔNIA E DISTRITO FEDERAL. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	120.000	R\$ 0,60	R\$ 72.000,00
9	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL COM DESTINO ÀS ÁREAS COM PRIMEIRO DÍGITO DO CÓDIGO NACIONAL DISTINTO DA ÁREA DE ORIGEM, FIXO-MÓVEL (VC3-FM) - ESTADOS DO RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, BAHIA, SERGIPE, ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE, CEARÁ, PIAUÍ, MARANHÃO, PARÁ, AMAPÁ, AMAZONAS E RORAIMA DA REGIÃO I E O ESTADO DE SÃO PAULO DA REGIÃO III. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	36.000	R\$ 0,60	R\$ 21.600,00
11	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, FIXO-FIXO - ESTADOS UNIDOS (INCLUSIVE HAVAÍ). INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	2.400	R\$ 0,71	R\$ 1.704,00
13	SERVIÇOS TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, FIXO-MÓVEL - ESTADOS UNIDOS (INCLUSIVE HAVAÍ). INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	1.200	R\$ 0,71	R\$ 852,00
15	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, PAÍSES DO MERCOSUL (ARGENTINA, CHILE, PARAGUAI E URUGUAI), FIXO-FIXO. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	2.400	R\$ 1,03	R\$ 2.472,00
17	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, FIXO-MÓVEL - PAÍSES DO MERCOSUL (ARGENTINA, CHILE, PARAGUAI E URUGUAI). INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	1.200	R\$ 1,38	R\$ 1.656,00
19	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, FIXO-FIXO - DEMAIS PAÍSES DA AMÉRICA E ANTILHAS. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	2.400	R\$ 1,65	R\$ 3.960,00
21	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, FIXO-MÓVEL - DEMAIS PAÍSES DA AMÉRICA E ANTILHAS. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	1.200	R\$ 1,94	R\$ 2.328,00
23	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, FIXO-FIXO - EM PORTUGAL. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	2.400	R\$ 1,03	R\$ 2.472,00
25	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, FIXO-MÓVEL - EM PORTUGAL. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	1.200	R\$ 1,38	R\$ 1.656,00
27	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, FIXO-FIXO - PAÍSES DA EUROPA E ORIENTE MÉDIO. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	2.400	R\$ 1,34	R\$ 3.216,00
29	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, FIXO-	MO	1.200	R\$ 1,55	R\$ 1.860,00



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

	MÓVEL - PAÍSES DA EUROPA E ORIENTE MÉDIO. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS				
31	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, FIXO-FIXO - JAPÃO E AUSTRÁLIA. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	2.400	R\$ 1,34	R\$ 3.216,00
33	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, FIXO-MÓVEL - JAPÃO E AUSTRÁLIA. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	1.200	R\$ 1,55	R\$ 1.860,00
35	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, FIXO-FIXO - ÁFRICA. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	2.400	R\$ 2,62	R\$ 6.288,00
37	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, FIXO-MÓVEL - ÁFRICA. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	1.200	R\$ 2,77	R\$ 3.324,00
39	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, FIXO-FIXO - DEMAIS PAÍSES DA ÁSIA, OCEANIA E ILHAS DO PACÍFICO (INCLUSIVE HAVAI). INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	2.400	R\$ 2,62	R\$ 6.288,00
41	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, FIXO-MÓVEL - DEMAIS PAÍSES DA ÁSIA, OCEANIA E ILHAS DO PACÍFICO (INCLUSIVE HAVAI). INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	1.200	R\$ 2,77	R\$ 3.324,00

• **LOTE 07 – SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DDG – DISCAGEM DIRETA GRATUITA (0800)**

**HABILITAÇÃO/INSTALAÇÃO – COBRADO UMA ÚNICA VEZ**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	HABILITAÇÃO DO SERVIÇO 0800. CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE. INCLUINDO PIS/COFINS. UNIDADE.	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**ASSINATURA – COBRADO MENSALMENTE**

5	ASSINATURA SERVIÇO 0800. CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE. INCLUINDO PIS/COFINS. MENSAL.	MN	12	R\$ 0,00	R\$ 0,00
---	--	----	----	----------	----------

**TRÁFEGO – COBRADO CONFORME CONSUMO**

9	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO LOCAL FIXO-FIXO (CHAMADAS LOCAIS) - ÁREA LOCAL DE CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE, RECEBIDA DO SERVIÇO 0800. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	12.000	R\$ 0,03	R\$ 360,00
13	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO LOCAL FIXO-MÓVEL (VC-1) - ÁREA LOCAL DE CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE, RECEBIDA DO SERVIÇO 0800. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	12.000	R\$ 0,30	R\$ 3.600,00
15	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO LOCAL FIXO-MÓVEL (VC-1) - ÁREA LOCAL DAS RESPECTIVAS LOCALIDADES, EXCETO CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE, RECEBIDA DO SERVIÇO 0800. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	6.000	R\$ 0,30	R\$ 1.800,00
17	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, FIXO-FIXO - DENTRO DO ESTADO DE MATO GROSSO (SETOR 23 DO PGO), RECEBIDA DO SERVIÇO 0800. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	6.000	R\$ 0,07	R\$ 420,00
19	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL COM DESTINO À REGIÃO II, EXCETO MATO GROSSO, FIXO-FIXO - ESTADOS DO ACRE, GOIÁS, MATO GROSSO DO SUL, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA,	MO	2.400	R\$ 0,07	R\$ 168,00



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

	PARANÁ, TOCANTINS, RONDÔNIA E DISTRITO FEDERAL, RECEBIDA DO SERVIÇO 0800. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS				
21	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL COM DESTINO ÀS REGIÕES I E III, FIXO-FIXO - ESTADOS DO RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, BAHIA, SERGIPE, ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE, CEARÁ, PIAUÍ, MARANHÃO, PARÁ, AMAPÁ, AMAZONAS E RORAIMA DA REGIÃO I E O ESTADO DE SÃO PAULO DA REGIÃO III, RECEBIDA DO SERVIÇO 0800. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	2.400	R\$ 0,07	R\$ 168,00
23	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL COM DESTINO ÀS ÁREAS COM PRIMEIRO DÍGITO DO CÓDIGO NACIONAL IDÊNTICO A ÁREA DE ORIGEM, FIXO-MÓVEL (VC2-FM) - ESTADOS DO ACRE, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, TOCANTINS, RONDÔNIA E DISTRITO FEDERAL, RECEBIDA DO SERVIÇO 0800. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	2.400	R\$ 0,31	R\$ 744,00
25	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL COM DESTINO ÀS ÁREAS COM PRIMEIRO DÍGITO DO CÓDIGO NACIONAL DISTINTO DA ÁREA DE ORIGEM, FIXO-MÓVEL (VC3-FM) - ESTADOS DO RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, BAHIA, SERGIPE, ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE, CEARÁ, PIAUÍ, MARANHÃO, PARÁ, AMAPÁ, AMAZONAS E RORAIMA DA REGIÃO I E O ESTADO DE SÃO PAULO DA REGIÃO III, RECEBIDA DO SERVIÇO 0800. INCLUINDO PIS/COFINS. MINUTOS	MO	2.400	R\$ 0,35	R\$ 840,00
<b>VALOR TOTAL ANUAL (LOTES 01, 02, 05, 06 e 07)</b>				<b>R\$ 596.123,04</b>	

**2.2.** A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelos serviços efetivamente prestados, o valor total anual estimado de **R\$ 596.123,04 (quinhentos e noventa e seis mil, cento e vinte e três reais e quatro centavos)**, a serem pagos mensalmente;

**2.3.** Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;





SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

**2.4.** A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preços de mercado;

**2.5.** Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

**2.6. DA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**2.6.1. DA UNIDADE DE MEDIDA ADEQUADA À AFERIÇÃO DE RESULTADOS EM TERMOS DE QUANTIDADE E QUALIDADE, CONFORME A NATUREZA DOS SERVIÇOS**

**2.6.1.1.** Tempo do sistema disponível (minutos)/tempo total do período (minutos).

**2.6.2. DOS CRITÉRIOS PARA CONTROLE DOS SERVIÇOS:**

**2.6.2.1.** A **CONTRATANTE** nomeará um servidor titular e um substituto para fiscalizar o contrato a ser firmado, devendo-se registrar em relatório, todas as ocorrências e as deficiências verificadas, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

**2.6.3. DA ESPECIFICAÇÃO BÁSICA DOS SERVIÇOS:**

**2.6.3.1. Acesso Digital 2Mbps (30 canais)**, assim entendido como um Link E-1, **bi-direcional**, interligado a 2 Mbps e composto de 30 (trinta) canais digitais, onde:

a. Deverá dispor da facilidade DDR (Discagem Direta a Ramais) e do Identificador de Chamadas;

b. A interligação dos entroncamentos a serem fornecidos para a Central PABX desta Instituição correrá por conta da contratada e terminará no Distribuidor Geral.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

**2.6.3.2. Terminal Não Residencial (NR)**, assim entendido como terminal convencional, linha telefônica não residencial, que permitirá a conversação.

**2.6.3.3. Serviço Telefônico Fixo Comutado Local Fixo-Fixo (Chamadas Locais)**, assim entendido o consumo de chamadas originadas de ramais DDR digital, NR e NR-PABX de um órgão localizado em Cuiabá/Várzea Grande ou no interior de Mato Grosso, destinadas a terminais fixos, habilitados dentro da mesma área local, da localidade Cuiabá/Várzea Grande ou no interior do estado de Mato Grosso, bem como os serviços de habilitação e assinatura mensal dos acessos digitais DDR a 2Mbps, das faixas de numeração DDR, Terminal NR - Não Residencial e Terminal NR-PABX;

**2.6.3.4. Serviço Telefônico Fixo Comutado Local Fixo-Móvel (VC-1)**, assim entendido o consumo de chamadas originadas de ramais DDR digital, NR e NR-PABX de um órgão localizado em Cuiabá/Várzea Grande ou no interior do estado de Mato Grosso, destinadas a terminais do Serviço Móvel Celular, habilitados dentro da mesma área local, da localidade Cuiabá/Várzea Grande ou no interior do estado de Mato Grosso;

**2.6.3.5. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Nacional com destino ao Estado de Mato Grosso, Fixo-Fixo**, assim entendidas as chamadas DDD originadas a partir de Terminais Telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais fixos, habilitados dentro do Estado de Mato Grosso (setor 23 do Plano Geral de Outorgas - PGO);

**2.6.3.6. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Nacional com destinos à Região II, exceto Mato Grosso, Fixo-Fixo**, ou seja, dentro da Região II, definido pelo Plano Geral de Outorgas - PGO, assim entendidas as chamadas DDD originadas a partir de terminais telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) OU Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais fixos das localidades situadas nos estados do Acre, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Tocantins, Rondônia e Distrito Federal;





SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

**2.6.3.7. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Nacional com destino às Regiões I e III, Fixo-Fixo**, ou seja, para as Regiões I e III, definida pelo Plano Geral de Outorgas - PGO, assim entendidas as chamadas DDD originadas a partir de terminais telefônicos Não Residencial, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais fixos, habilitados nas localidades dos estados Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima da Região I e o estado de São Paulo da Região III;

**2.6.3.8. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Nacional com destino às áreas com primeiro dígito do código nacional idêntico a área de origem, Fixo-Móvel (VC2-FM)**, assim entendidas as chamadas DDD originadas a partir de terminais telefônicos Não Residenciais, Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais do Serviço Móvel, habilitados nas localidades dos estados do Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia e Distrito Federal;

**2.6.3.9. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Nacional com destino às áreas com primeiro dígito do código nacional distinto da área de origem, Fixo-Móvel (VC3-FM)**, assim entendidas as chamadas DDD originadas a partir de terminais telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Terminais (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acesso Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a Terminais do Serviço Móvel, habilitados nas localidades dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima da Região I e o estado de São Paulo da Região III;

**2.6.3.10. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Internacional, Estados Unidos (inclusive Havaí), Fixo-Fixo**, assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de terminais telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais fixos, habilitados nos Estados Unidos (inclusive Havaí);

**2.6.3.11. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Internacional, Estados Unidos (inclusive Havaí), Fixo-Móvel,** assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de terminais telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais móveis, habilitados nos Estados Unidos (inclusive Havaí);

**2.6.3.12. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Internacional, países do MERCOSUL (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), Fixo-Fixo,** assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de terminais telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais fixos, habilitados nos países do MERCOSUL (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai);

**2.6.3.13. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Internacional, países do MERCOSUL (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), Fixo-Móvel,** assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de terminais telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais móveis, habilitados nos países do MERCOSUL (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai);

**2.6.3.14. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Internacional, demais países da América e Antilhas, Fixo-Fixo,** assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de terminais telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a Terminais fixos, habilitados nos demais países da América e Antilhas;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

**2.6.3.15. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Internacional, demais países da América e Antilhas, Fixo-Móvel,** assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de terminais telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a Terminais móveis, habilitados nos demais países da América e Antilhas;

**2.6.3.16. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Internacional, Portugal, Fixo-Fixo,** assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de Terminais Telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais fixos, habilitados em Portugal;

**2.6.3.17. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Internacional, Portugal, Fixo-Móvel,** assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de Terminais telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais móveis habilitados em Portugal;

**2.6.3.18. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Internacional, países da Europa e Oriente Médio, Fixo-Fixo,** assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de Terminais Telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais fixos, habilitados nos países da Europa e Oriente Médio;

**2.6.3.19. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Internacional, países da Europa e Oriente Médio, Fixo-Móvel,** assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de Terminais Telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais móveis, habilitados nos países da Europa e Oriente Médio;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

**2.6.3.20. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Internacional, Japão e Austrália, Fixo-Fixo,** assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de terminais telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais fixos, habilitados no Japão e Austrália;

**2.6.3.21. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Internacional, Japão e Austrália, Fixo-Móvel,** assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de terminais telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônicas (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais móveis, habilitados no Japão e Austrália;

**2.6.3.22. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Internacional, África, Fixo-Fixo,** assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de terminais telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais fixos, habilitados na África;

**2.6.3.23. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Internacional, África, Fixo-Móvel,** assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de terminais telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais móveis, habilitados na África;

**2.6.3.24. Serviço Telefônico Fixo de Longa Distância Internacional, demais países da Ásia, Oceania e Ilhas do Pacífico (inclusive Havaí), Fixo-Fixo,** assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de Terminais Telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinadas a terminais fixos,



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

habilitados nos demais países da Ásia, Oceania e Ilhas do Pacífico (inclusive Havaí);

**2.6.3.25. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Internacional, demais países da Ásia, Oceania e Ilhas do Pacífico (inclusive Havaí), Fixo-Móvel,** assim entendidas as chamadas DDI originadas a partir de Terminais Telefônicos Não Residenciais, ou Troncos Analógicos (TR) ou Ramais de Centrais Privadas de Comutação Telefônicas (CPCT) ligadas a Acessos Digitais DDR, do GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, destinados a terminais móveis habilitados nos demais países da Ásia, Oceania e Ilhas do Pacífico (inclusive Havaí);

**2.6.3.26. Serviço de Tie Line,** assim entendido os links digitais ponto a ponto de 2 Mbps, com modem, interligando centrais PABX localizadas em prédios distintos, bem como, os serviços de habilitação e assinatura mensal.

**2.6.4. DAS FACILIDADES EXIGIDAS E DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE 0800**

**2.6.4.1.** Todas as facilidades abaixo relacionadas deverão ser disponibilizadas, mesmo que em princípio não sejam configuradas, mas que poderão ser solicitadas a qualquer tempo pela **CONTRATANTE**.

**2.6.4.2. Número Nacional (Número Universal)-** Permite identificar ao Governo do Estado de Mato Grosso, em todo o território nacional, através de um único número 0800, para o serviço de atendimento ao cidadão, independentemente da localização de seus Centros de Atendimento. Tal número poderá estar associado a todos os números de lista desses Centros de Atendimentos, existentes e futuros.

**2.6.4.3. Encaminhamento por Origem -** Permite ao Governo do Estado de Mato Grosso especificar o encaminhamento das ligações telefônicas 0800 em função da origem das mesmas.

**2.6.4.4. Encaminhamento Variável por Agendamento de Horário e Dia -** Conforme conveniência do Governo do Estado de Mato Grosso serão especificados e informados à **CONTRATADA** os diferentes Centros de Atendimento para onde



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

deverão ser encaminhadas as chamadas telefônicas em função do horário e/ou dia da semana em que forem realizadas.

**2.6.4.5. Distribuição Percentual, Cíclica e Sequencial de Chamadas** - Permite ao Governo do Estado de Mato Grosso a distribuição percentual, cíclica e sequencial de chamadas através dos diversos Centros de Atendimento.

**2.6.4.6. Restrição de Acesso por Tipo de Telefone de Origem** - Permite ao Governo do Estado de Mato Grosso bloquear o acesso de chamadas telefônicas originadas a partir de telefones públicos ou celulares.

**2.6.4.7. Restrição de Área de Atendimento** - Permite ao Governo do Estado de Mato Grosso restringir as áreas das quais não deseja receber chamadas, podendo os usuários originadores dessas ligações receber mensagens gravadas com as informações pertinentes.

**2.6.4.8. Limitação de Chamadas** - Permite ao Governo do Estado de Mato Grosso especificar o número máximo de chamadas simultâneas para um determinado destino.

**2.6.4.9. Distribuição Automática de Chamadas** - Permite efetuar a distribuição automática de chamadas pelas diversas terminações em cada Centro de Atendimento do Governo do Estado de Mato Grosso.

**2.6.4.10. Redirecionamento (Reencaminhamento)** - O redirecionamento poderá ocorrer na condição de Linha Ocupada (LO), Congestionamento (CO) ou Não Responde (NR), quando a chamada deverá ser encaminhada para uma mensagem personalizada. Inclusões ou exclusões de mensagens realizadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso serão comunicadas à CONTRATADA, com antecedência mínima de 72 horas.

**2.6.4.11. Mensagens Padronizadas** - Destina-se a apresentar informações aos usuários que ligam para o número 0800, antes do atendimento do Call-Center do cliente.





SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

**2.6.4.12. Centro de Atendimento Virtual (CAV)** - Permite ao Governo do Estado de Mato Grosso oferecer uma mensagem personalizada ao usuário que encontrar as condições de Linha Ocupada (LO) ou Não Responde (NR).

**2.6.4.13. Identificação do Número Originador da Chamada** - Permite ao Governo do Estado de Mato Grosso identificar a origem das chamadas realizadas na forma DDD + Prefixo + MCDU.

**2.6.4.13.1. Não será objeto de cobrança a assinatura mensal referente a serviços de 0800, bem como qualquer custo eventual que possa vir a existir relacionados às facilidades e prestação de serviços de 0800.**

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**3.1.** Os serviços deverão ser executados nas unidades designadas pela **CONTRATANTE**, conforme suas necessidades e especificações, em todo o território do Estado de Mato Grosso, conforme ANEXO V do **Edital de Pregão Presencial n.º 006/2013/SAD/MT**, constando localidade e endereços;

**3.1.1.** No ANEXO V do edital constam os endereços atuais, com caráter informativo do atual mapeamento, não constando instalações futuras;

**3.2.** A **CONTRATADA** fica obrigada a iniciar a execução dos serviços em até **30 (trinta) dias úteis** após a assinatura do contrato;

**3.2.1.** O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, em casos devidamente justificados e autorizados pela **CONTRATANTE**;

**3.2.2.** A **CONTRATADA** deverá comparecer quando convocada no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual, sob pena de multa 2% (dois por cento) ao dia, sobre o valor contratado;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.3. Fornecer todas as condições para o funcionamento dos acessos das Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT) do Estado de Mato Grosso às Centrais Telefônicas Públicas;

3.4. Estar apta a proceder a todas as instalações de circuitos digitais e todos os serviços licitados;

3.5. Realizar os serviços de instalação, testes de funcionamento, sem prejuízo às atividades do Estado, podendo, com a prévia autorização e agendamento, serem realizados nos finais de semana e/ou fora do horário de expediente normal;

3.6. Informar com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a necessidade de acesso do pessoal técnico da **CONTRATADA** aos locais indicados dos Centros de Atendimento do Governo do Estado de Mato Grosso, para que seja fornecida a autorização;

3.7. Manter todas as facilidades existentes no Sistema de Telefonia do Estado de Mato Grosso, tais como: possibilidade de conexão de todos os números DDR com fax, transmissão de dados e aquelas inerentes aos Equipamentos de PABX;

3.8. Prestar o serviço, objeto desta contratação, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pelo Estado;

3.9. Disponibilizar à **CONTRATANTE** atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada e/ou Central de Atendimento, em horário comercial das 8h às 20h;

3.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à mesma, imediatamente e por escrito em até 10 (dez) dias, a contar da data de solicitação do Estado, sobre qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.11. Apresentar, sempre que solicitado, relatórios extraordinários dos serviços prestados dentro do prazo estipulado na solicitação;

3.12. Apresentar, mensalmente, fatura detalhada do serviço prestado aos órgãos/entidades contratantes, devendo ser fornecida tanto em papel quanto em arquivo eletrônico (CD-ROM), até **05 dias antes do seu vencimento**;

a) O ciclo de faturamento deverá ser unificado para todos os órgãos/entidades do Estado;

b) O arquivo eletrônico deverá ser entregue em CD-ROM a **CONTRATANTE**, no formato Excel, TXT e/ou Access, e seu formato e mecanismo de entrega deverá ser definidos pela **CONTRATANTE** em conjunto com a **CONTRATADA**;

c) No arquivo eletrônico (CD-ROM), deverá conter a discriminação de todas as ligações.

3.13. Encaminhar, mensalmente, por meio eletrônico (CD-ROM), no formato Excel, TXT e/ou Access, separado por órgão/entidade, os arquivos das faturas detalhadas referentes às despesas de todos os órgãos/entidades contratantes, à Superintendência de Patrimônio e Serviços da Secretaria de Estado de Administração;

3.14. Disponibilizar informações relativas aos gastos telefônicos de todos os itens, objeto do certame, através da internet, observando todos os quesitos de segurança e confiabilidade, através de login e senha;

3.15. Repassar a **CONTRATANTE**, durante a vigência do contrato firmado, todos os preços e vantagens oferecidas aos clientes de mesmo perfil da **CONTRATANTE**, ou seja, órgãos/ entidades da Administração Pública, sempre que esses forem mais vantajosos do que os ofertados nos respectivos contratos;

3.16. Acatar as orientações da **CONTRATANTE** e da SAD, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

3.17. Prestar informações a **CONTRATANTE** e a SAD sobre eventuais atos ou fatos noticiados que as envolvam, independentemente de solicitação;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

**3.18.** Apresentar, no momento da assinatura do contrato, garantia contratual de 5% (cinco por cento), na conformidade do artigo 56 da Lei nº. 8.666/93, a qual tem como base de cálculo o total da contratação;

**3.19.** Aceitar nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;

**3.20.** Designar consultor para acompanhamento do objeto contratado e atendimento das reclamações feitas pelo Estado;

**3.21.** Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, completamento de chamada e preços praticados no instrumento contratual;

**3.22.** Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao Estado, ou a terceiros, decorrentes da incompatibilidade de ação ou omissão culposa, incluindo os danos decorrentes de sinistros havidos nas redes de comunicação instalada e central telefônica, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo inteiramente o ônus decorrente;

**3.23.** Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales- refeição, vales transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo e por quaisquer outras despesas oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, expressos pela **CONTRATADA**, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e ao Governo do Estado de Mato Grosso;

**3.24.** Fazer com que seus empregados se submetam durante o período em que permanecer nas dependências de Órgãos e Entidades, aos regulamentos de disciplina e segurança por estes estabelecidos;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

- 3.25. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas através da contratação, considerando os recursos disponibilizados pela **CONTRATADA**;
- 3.26. Disponibilizar profissionais em número suficiente e com experiência comprovada nas áreas de atuação;
- 3.27. Manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 3.28. Cumprir, rigorosamente, os prazos estabelecidos para a prestação do serviço contratado, responsabilizando-se, em caso de falhas ou imperfeições, em realizar novamente o serviço, se for o caso, e sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**;
- 3.29. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente da fiscalização exercida pela **CONTRATANTE**;
- 3.30. Fornecer a **CONTRATANTE** o nome, endereço, telefone, fax do responsável pela manutenção/operação dos serviços, mantendo estes dados atualizados quando houver alteração;
- 3.31. Informar a **CONTRATANTE**, para efeito de controle de acesso às dependências desta, o nome e o respectivo número de carteira de identidade dos empregados alocados na prestação dos serviços, mantendo-os devidamente uniformizados e identificados com crachá e, informar imediatamente, qualquer desligamento dos empregados alocados;
- 3.32. Indenizar todos os custos financeiros que porventura venham a ser suportados pelo Governo do Estado de Mato Grosso, por força de sentença judicial que reconheça a existência de vínculo empregatício entre o Governo do Estado de Mato Grosso e os empregados da **CONTRATADA**;
- 3.33. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

eles, ainda que verificadas nos locais indicados dos Centros de Atendimento do Governo do Estado de Mato Grosso;

**3.34.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CONTRATANTE**, no tocante a prestação do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações contratuais;

**3.35.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**3.36.** Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

**3.37.** Indenizar terceiros e/ou a **CONTRATANTE**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**3.38.** Atender em até 8 horas, a partir de sua solicitação, os reparos de usuário não residenciais, em no mínimo, 98% dos casos; e em até 10 horas caso contrário, estará sujeita às sanções administrativas presentes no Edital/Termo de Referência, bem como neste contrato;

**3.39.** Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pela qualidade dos serviços contratados, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço;

**3.40.** Levar ao conhecimento do gestor do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

**3.41.** Disponibilizar a exportação e/ou migração de dados, para o Software de Gestão da **CONTRATANTE**, permitindo a leitura de arquivos XML, HTML, RTF, TXT, DOC, entre outros que a **CONTRATANTE** necessitar, possibilitando ainda a





SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

possibilidade de layout e formatação de campos, conforme necessidade do Estado;

**3.42.** A disponibilização dos dados quando solicitado deverão obedecer ao formato definido e proposto pela Secretaria de Estado de Administração - SAD;

**3.43.** Todas e quaisquer informações produzidas em decorrência da prestação dos serviços objeto do contrato são sigilosas e de propriedade exclusiva da **CONTRATANTE**, ficando a **CONTRATADA** proibida de repassar informações a terceiros, sem a devida autorização da **CONTRATANTE**;

**3.44.** Em consonância com a Lei nº 9.879/2013, "Reserva de vagas de trabalho a presos - que dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho a presos e egressos em obras e serviços contratados pelo Estado", a **CONTRATADA** se obriga a:

**3.44.1.** As pessoas jurídicas contratadas pelo Estado ficam obrigadas a admitir presos e egressos para a execução de obras e serviços;

**3.44.2.** As pessoas jurídicas contratadas por quaisquer órgãos ou instituições integrantes dos Poderes dos Estados incluindo entidades da Administração Pública Indireta, Ministério Público e Tribunal de Contas, para a execução de obras ou serviços, precedidos ou não de licitação, deverão preencher, ao menos, 5% (cinco por cento) dos cargos criados na respectiva obra ou serviço com presos ou egressos, observando-se a seguinte proporção:

I - até 5 (cinco) postos de trabalho: admissão facultativa;

II - de 06 (seis) a 19 (dezenove): 01 (uma) vaga;

III - 20 (vinte) ou mais: 5% (cinco por cento).

**3.44.3.** A inobservância das regras previstas no Edital acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa da Administração Pública.

**3.45.** Os órgãos/entidades que eventualmente aderirem à ata registro preços deverão observar no ato da contratação os casos excepcionais de isenção de ICMS, nos termos do art. 51 anexo VII do RICMS do Estado de Mato Grosso que estabelece:



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

*"Art. 51 Operações internas de fornecimento de energia elétrica destinada ao consumo por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias, mantidas pelo Poder Público Estadual e regidas por normas de Direito Público, bem como as prestações de serviços de telecomunicação por eles utilizados. (Convênio ICMS 107/95, com alteração do Convênio ICMS 44/96)*

*Parágrafo único O benefício deverá ser transferido aos beneficiários, mediante a redução do valor da operação ou da prestação, no montante correspondente ao imposto dispensado."*

**3.46.** Durante a vigência do contrato, a **CONTRATADA** deverá providenciar informações através de mensagem gravada sobre quaisquer alterações de telefones que porventura venham a ocorrer em números de código de acesso disponibilizados pela mesma, ficando a seu encargo informar as alterações dos números telefônicos;

**3.47.** A inobservância das regras previstas no Edital de **Pregão Presencial n.º 006/2013/SAD/MT e anexos - Ata de Registro de Preços n.º 031/2013/SAD**, acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa da Administração Pública;

**3.48.** Para o caso de mudança de Operadora, devem ser observados os dispostos nos art. 17 do Plano Geral de Outorgas e art. 151, parágrafo único, da Lei Geral das Telecomunicações Brasileiras, bem como o art. 27, capítulo VIII, do Plano Geral de Metas e Qualidade, anexo à Resolução n.º 30, de 29 de junho de 1998 e a Portaria MPOG/SLTI n.º 1, de 6/8/02;

**3.49.** A prestadora de serviço deverá disponibilizar códigos de acesso aos serviços de utilidade pública e aos serviços de apoio ao serviço telefônico fixo comutado, em conformidade com o Ato ANATEL n.º. 43.151, de 13 de março de 2004;

**3.50.** Os serviços descritos nos itens 3.48 e 3.49 não deverão gerar ônus adicionais para o Estado de Mato Grosso, suas Autarquias, Fundações, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas, bem como aos órgãos/ entidades que vierem a solicitar adesão carona à Ata de Registro de Preços;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.51. Será admitida a mudança do prefixo, desde que obedecidas as condições estabelecidas pela ANATEL, com relação à mensagem de interceptação para mudança de numeração.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

4.2. A entrega dos objetos ora contratados serão acompanhados e fiscalizados por representante da **CONTRATANTE**, com atribuições específicas;

4.3. A fiscalização exercida na entrega dos bens não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1. Apresentar, no momento da assinatura do contrato, garantia contratual de **5% (cinco por cento)**, na conformidade do artigo 56 da Lei nº. 8.666/93, a qual tem como base de cálculo o total da contratação.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à **CONTRATADA**, sob pena de ilegalidade dos atos;

6.2. Emitir ORDEM DE SERVIÇO estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

- 6.3. Os serviços deverão ser solicitados com um prazo mínimo de 05 (cinco) dias;
- 6.4. Comunicar a **CONTRATADA** sobre possíveis irregularidades observadas na prestação dos serviços fornecidos, para imediata correção;
- 6.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços e das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** em suas dependências, prestando-lhes os esclarecimentos pertinentes;
- 6.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;
- 6.7. Notificar a **CONTRATADA** e a SAD de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
- 6.8. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;
- 6.9. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;
- 6.10. Caberá a SAD promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
- 6.11. Permitir acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto deste certame, quando necessário;
- 6.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, com relação ao objeto deste contrato;
- 6.13. Assegurar-se da boa prestação e qualidade dos serviços prestados;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

- 6.14. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado;
- 6.15. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais operadoras, de forma a garantir que continuem sendo mais vantajosos;
- 6.16. Controlar as ligações realizadas e documentar as ocorrências havidas;
- 6.17. Fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, inclusive quanto a não interrupção dos serviços a serem prestados;
- 6.18. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente das tarifas na data da emissão das contas telefônicas;
- 6.19. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, prestando informações à Superintendência de Patrimônio e Serviços/SAD, sempre que solicitado;
- 6.20. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- 6.21. Fica facultada à **CONTRATANTE**, a instalação, quando houver possibilidade, de placa ou terminais móveis integrados ao PABX, para converter ligações FIXO-MÓVEL (VC1), em MÓVEL-MÓVEL (VC1).

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

- 7.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA**, conforme descrito na subcláusula 2.2 deste contrato, mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a Instrução Normativa 001/2007 – SAGP/SEFAZ publicada no DOE de 25/05/2007 (página 32), após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal da **CONTRATANTE**;
- 7.2. A omissão de qualquer despesa necessária à entrega da prestação dos serviços será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

7.3. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à **CONTRATADA**, ou inadimplência contratual;

7.4. Será emitido empenho estimativo a **CONTRATADA**, por exercício financeiro, nos valores relativos aos serviços prestados deste período, assim sucessivamente para os próximos exercícios, até o limite de 60 (sessenta) meses;

7.5. Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital de licitação, o pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE**;

7.6. O pagamento será efetivado por meio de emissão de Ordem Bancária, via Banco do Brasil, à ordem do favorecido, na agência e conta do Banco do Brasil designados pela **CONTRATADA**;

7.7. Conforme recomendação técnica nº 067/2011 da Auditoria Geral do Estado, o pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, em conformidade com a Instrução Normativa nº 001/2007 SAGP/SEFAZ, publicada no diário Oficial em 25.05.2007, após o recebimento definitivo dos serviços;

7.8. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos serviços (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

7.8.1. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de **ESTADO DE MATO GROSSO**, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS/COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO DA CONTRATANTE**, para serem devidamente atestadas pelo responsável;

7.9. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a **CONTRATADA**, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;





**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

**7.10.** Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

**7.11.** A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

**7.12.** A **CONTRATANTE** deverá incluir o número de série do objeto a ser adquirido na Nota Fiscal, sempre que esse existir, para efeito de controle interno, sempre que se referir a aquisições de bens permanentes;

**7.13.** Deverá apresentar a Nota Fiscal de entrada dos serviços no ato da liquidação, procedimento de conferência, de acordo com o que determina a Lei nº. 4.320/64, art. 3º, § 2º, I;

**7.14.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

**7.15.** O pagamento somente será efetuado mediante comprovação da manutenção dos requisitos de habilitação de regularidade fiscal, conforme o art. 1º do Decreto Estadual 8199/2006;

**7.16.** A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site [www.sefaz.mt.gov.br/nfe](http://www.sefaz.mt.gov.br/nfe).

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1.** Os recursos para pagamento do referido objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

<b>Órgão/Unidade:</b> 27101 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
<b>Projeto/Atividade:</b> 2007
<b>Natureza de Despesa:</b> 3390 3900



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Fonte: 240

**9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA**

**9.1.** A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado, podendo sua duração ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

**10.1.** O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES**

**11.1.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o caput e §1 do art. 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor da nota de empenho;

**11.2.** Se a adjudicatária recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços e retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades, além da prevista no item 11.3.:

- a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;
- b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

11.3. A licitante, adjudicatária ou **CONTRATADA** que deixar de prestar o serviço ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

11.4. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada primeiramente da garantia contratual e na insuficiência desta, da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a **CONTRATANTE** proceder a cobrança judicial da multa;

11.5. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas nesta seção, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública;

11.7. As multas previstas nesta seção não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**;

11.8. A aplicação das multas será feita pelos Órgãos/Entidades que fizerem adesão e o cancelamento e/ou suspensão pelo gestor da Ata de Registro de Preços;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

11.9. De acordo com o estabelecido em lei, poderão ser acrescidas sanções administrativas previstas em instrumento convocatório e no contrato;

11.10. As seguintes sanções poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Estadual:

11.10.1. Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido, a critério da **CONTRATANTE**, mediante justificativa;

11.10.2. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Estado, respeitando o direito do contraditório e da ampla defesa se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à prestação de serviços, objeto deste contrato.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

12.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

## 13. CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

13.1. Será designado, pela **GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS/COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO DA CONTRATANTE**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados aos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

**14.1.** Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**14.2.** A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério do Contratante, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;

**14.2.1.** As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes;

**14.3.** A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

**14.3.1.** A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

**14.3.2.** A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa;

**14.3.3.** Será permitida a subcontratação parcial do objeto do contrato, quando se verificarem as hipóteses de impossibilidade técnica da realização do serviço solicitado a **CONTRATADA**, desde que esta se responsabilize pelo seu fornecimento/serviço e consequente garantia.

## **15. CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DO FORO**

**15.1.** Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA  
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 14 de agosto de 2014.

---

**BENEDITO NERY GUARIM STROBEL**  
Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica

---

**JUVENAL ALVES PEREIRA NETO**  
Representante da Contratada

---

**ROBERTO WAGNER SANDRIN**  
Representante da Contratada

**TESTEMUNHAS:**

**KELLY ALMEIDA KORMANN**  
CPF: 823.964.001-00

**NÁDIA A. C. CASTRO**  
CPF: 000.922.361-46